

Ulysses não aceita que STF julgue ato da Constituinte

Arquivo — 29/10/87

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que não permitirá que o grupo conservador, como revelou o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), recorra ao Supremo Tribunal Federal para tentar sustar a apreciação do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Segundo denúncia do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, os conservadores preparam um mandado de segurança para embargar os trabalhos, sob a alegação de que a Mesa violou o regimento, ao permitir o funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário.

O mandado de segurança teria por finalidade abrir caminho para a apresentação do projeto de Constituição dos moderados. Na noite da sexta-feira passada, em reunião com amigos no Hotel Nacional, o deputado Expedito Machado, líder do Centro Democrático — facção do PMDB fiel ao presidente José Sarney — disse que começou a recolher assinaturas para propor a reforma do regimento, visando à apresentação de um texto alternativo ao de Cabral. A redação caberia ao consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Reação — No sábado, o deputado Ulysses Guimarães reagiu à manobra. Convocou o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e, na presença do senador Fernando Henrique Cardoso, disse que não aceitará que as decisões da Constituinte sejam submetidas ao julgamento do STF. Entretanto, por precaução, pediu que o presidente da Comissão de Sistematização, o jurista e senador Afonso Arinos (PFL-RJ), faça um levantamento de todas as decisões, para mostrar que o regimento interno não foi violado, como acusa o deputado Expedito Machado.

Ulysses acha que grupos conservadores querem desestabilizar a Constituinte por não se conformarem com as medidas avançadas aprovadas pela Sistematização, como a estabilidade no emprego, a semana de trabalho de 44 horas e o parlamentarismo. "Nosso trabalho tem sido difícil e os interesses em causa são muito grandes, mas no final chegaremos a uma Constituição justa e progressista", assegurou.

Na conversa de sábado com o deputado Carlos Sant'Anna, o presidente da Constituinte disse que está preocupado com o que possa ocorrer na fase final dos trabalhos e pediu a

ajuda do líder do governo. O senador Fernando Henrique Cardoso apelou para que Sant'Anna não apóie o movimento do deputado Expedito Machado.

Para modificar o regimento da Constituinte, e permitir que os moderados apresentem seu substitutivo, Expedito terá de conseguir o apoio de 280 parlamentares. O líder do Centro Democrático diz que já conseguiu 170 assinaturas, mas se nega a exibi-las.

Idéia de Saulo — A idéia de levar para o STF a disputa que se trava na Constituinte é do consultor-geral da República Saulo Ramos. Data do início dos trabalhos, quando se delineou a possibilidade de que as esquerdas obtivessem maioria no plenário.

O Palácio do Planalto acha que tem a simpatia da maioria dos ministros do Supremo, que na hipótese de confronto entre Legislativo e Executivo ficariam com o governo. A estratégia traçada por Saulo prevê que o presidente Sarney teria respaldo do STF até para a medida extrema de dissolver a Constituinte e convocar eleições gerais.

A dissolução da Constituinte, seguida de eleições em todos os níveis, teria apoio das Forças Armadas. Saulo já disse a mais de um parlamentar: "O Legislativo pode ter o poder, mas quem dá ordem aos generais é o Executivo. Não posso imaginar um deputado mandando um general prender o presidente da República."

Nas conversas com constituintes amigos, o consultor-geral da República assegura que é inquestionável a autoridade do presidente Sarney sobre os militares. "Até por sua formação e respeito à hierarquia, eles jamais aceitariam receber ordens de parlamentares. As Forças Armadas estão sempre ao lado do Executivo", garante Saulo Ramos.

Carta biônica — Em Porto Alegre, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que se o grupo de parlamentares ligados ao presidente Sarney conseguir o objetivo de derrubar o substitutivo em votação, "seremos o primeiro país do mundo a ter uma carta constitucional biônica, bastarda, sem paternidade conhecida".

O senador Chiarelli afirmou que a aprovação do parlamentarismo na Comissão de Sistematização "é a vitória da consciência política" e prometeu empenhar-se "para que nenhum anteprojeto derrube o que considera uma conquista".



Ulysses pediu a Sant'Anna para não apoiar Expedito

Arquivo — 30/10/87



Arinos vai procurar saídas jurídicas para a d

A tensa guerra do plenário

Villas-Bôas Corrêa

O plenário da Constituinte, com os seus 559 parlamentares, vai estrear de fato, iniciando a participação decisiva na discussão e votação da futura Constituição na quarta-feira, dia 4, quando, de acordo com a mais recente mexida no Regimento Interno, começará a examinar, simultaneamente com a Comissão de Sistematização, o segundo anteprojeto do relator, deputado Bernardo Cabral — o que é mesmo para valer.

Isso quer dizer que se abre, no cenário mais amplo e com mais atores, a cortina para o ato definitivo e que foi adiado por mais de oito meses, tempo quase todo desperdiçado em equívocos, improvisações, avanços e recuos na experiência de novidades que não deram certo. A Constituinte vai começar a definir o futuro num quadro de crise agravada, no pior momento e nas piores circunstâncias. E sem que ninguém saiba para que lado se inclina. Inauguramos a fase do sobressalto e do imprevisto.

Alarme — No círculo menor dos 93 membros da Comissão de Sistematização, a Constituinte, afinal, encontrou as fórmulas de convivência cordial entre contrários e da indispensável negociação. Os desinformados espantaram-se com os acordos, costurados com as lihas da aparente contradição, entre a esquerda etiquetada de mais radical e a direita na sua identificação mais empedernida. Na instabilidade de posições que se alteraram a cada dia e às vezes, no mesmo dia, a deputada Sandra Cavalcanti e o senador José Richa decidiram votações de pontos polêmicos em acordos firmados com os deputados José Genoíno e Luiz Ignácio Lula da Silva. O que é do jogo político e especialmente de um jogo sem juiz e sem regras, assinalando a dramática falência de partidos e lideranças.

Mas, e no plenário? Como observa o dr Ulysses Guimarães na sua sabedoria de observador privilegiado e de presidente da legenda responsável pelo caos, não se pode prever o que vem por aí.

O estouro do plenário vai liberar ressentimentos represados na marginalização revoltada da grande maioria dos constituintes e que não tiveram vez na montagem do anteprojeto, à exceção ilusória do instante inicial das 24 subcomissões. O que agrava e não

atenua queixas pois, todo o trabalho foi atirado no lixo, como imprestável.

O bloco imenso dos marginalizados mistura pelo menos três centenas de constituintes e a sociedade, representada pelas suas pontas organizadas e participantes. Ambos caíram no logro da convocação demagógica para a elaboração da Constituição a partir do nada, sem anteprojeto e nem propostas assinadas pela legenda majoritária.

E foram embrulhados no mesmo pacote de enganos. A mobilização popular que, acudindo ao pregão, levou multidões, desfilando dia e noite pelas subcomissões e coligiu 15 milhões de assinaturas nas emendas populares foi tão iludida quanto senadores e deputados engabelados com as inspirações assembleísticas do Regimento Interno.

Agora, ambos se preparam para a forra. É evidente que o povo estará de volta, em número crescente, à Constituinte e aos acampamentos de pressão na praça dos Três Poderes.

E que, os constituintes que suportaram os agravos de oito meses de ociosidade compulsória, dissipados na discursão municipal das tribunas do plenário desativado, do Senado e da Câmara convocados de vez em quando, rilham os dentes na impaciência de uma participação efetiva e que justifique os seus mandatos.

O plenário é a oportunidade do acerto de contas. Entre a minoria que decidiu pela maioria e a maioria que não se considera representada pelos 93 privilegiados da Comissão de Sistematização.

O desencontro assinala as debilidades do quadro partidário, a fraqueza das lideranças. E acumula sinais de advertência.

Contestação — Como não estão funcionando nem partidos e nem dirigentes, o sistema de delegação entrou em colapso. O senador e deputado que não conseguiu se encaixar no reduzido grupo de elite que está elaborando o anteprojeto, não se considera obrigado a qualquer compromisso com o que foi decidido em seu nome, mas à sua revelia.

É este o clima no plenário, o estado de espírito da maioria. Pior, muitos acreditam que foram traídos, alvejados por manobras e espertezas. Daí as freqüentes queixas e resmungos de que a Comissão de Sistematização está sob o controle de minorias, patrulhada pela esquerda.

O plenário está em polvorosa e solto. Sem laços, obrigações, compromissos que não os de cada um. Vive, portanto, um clima nervoso, tenso, eletrizado e que antecipa graves turbulências. Nada, assim, está decidido, nada é definitivo. O que está por vir ainda não pode ser antevisto no nevoeiro do inesperado.